



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 7/2022, em que é recorrente **Matthew Peter Balme** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 98/2024

I. Relatório

1. O Senhor **Matthew Peter Balme**, com os demais sinais de identificação nos autos, tendo sido notificado do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 141/2021, de 21 de dezembro, que autorizou a sua extradição para o Reino Unido, veio a este Tribunal Constitucional interpor recurso, o qual, foi registado como Recurso de Amparo Constitucional n.º 7/2022.

1.1. O recurso foi admitido pelo Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 105/2023, de 26 de junho, restrito à conduta segundo a qual o Supremo Tribunal de Justiça, através do Acórdão n.º 141/2021, de 21 de dezembro de 2021, confirmou a extradição do recorrente, malgrado o Estado Requerente não ter alegadamente apresentado garantias suficientes de que teria reconhecido um direito ao recurso ou a um novo julgamento, por eventual violação do direito de recurso e do direito à defesa em processo penal.

2. O Supremo Tribunal de Justiça foi notificado para, na qualidade de entidade recorrida, responder, querendo, mas remeteu-se ao silêncio.

3. O processo seguiu com vista ao Ministério Público, tendo Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitido o douto parecer cujo conteúdo relevante para a apreciação do mérito deste recurso se reproduz para todos os efeitos:

“III. Das medidas necessárias

Nestes autos de recurso, o Tribunal Constitucional reunido em plenária decidiu admitir a trâmite o recurso de amparo impetrado contra o Acórdão 141/2021, prolatado pelo STJ, que confirmou a extradição do recorrente, malgrado o Estado requerente não ter alegadamente apresentado garantias suficientes de que teria reconhecido um direito ao recurso ou a um novo julgamento.

No acórdão recorrido, em relação a esta matéria disse-se o seguinte: "Constata-se dos autos, porém, que o Estado requerente juntou cópias das disposições legais que permitem ao ora recorrente apresentar recurso/ou realização de novo julgamento, mesmo que condenado à revelia (fls. 152 e 172), oferecendo assim, garantia no que a este item diz respeito. O n.º 2 do artigo 32.º da Lei de Cooperação judiciária Internacional em Matéria Penal não permite a extradição quando a possibilidade de interposição de recurso ou a realização de novo julgamento não existe. O que decididamente não ocorre no caso dos autos. O próprio recorrente deu a conhecer no processo que fez a diligência junto dos Tribunais do Reino Unido, e até ao presente não está demonstrado que lhe foi recusado.

As garantias oferecidas pelo Estado requerente em sede do princípio da especialidade mostram-se válidas e suficientes."

Apesar de não se encontrar junto aos presentes autos, o conteúdo das garantias dadas pelo Estado requerente da extradição, tendo em conta que todo o procedimento administrativo e judicial é promovido e acompanhado pelo Ministério Público, após análise profunda dos requisitos legais, não restam dúvidas de que estão preenchidos todos os requisitos necessários à extradição, o que aliás, foi confirmado pelo douto acórdão do STJ que a decretou.

Por outro lado, pelo documento de fls. 36 a 38, constata-se que o extraditando foi removido para o Estado requerente em 03 de março de 2022, o que determina a inutilidade superveniente da lide.

Nestes termos e nos mais de Direito, de todo o exposto somos do parecer que:

- a) O recurso de amparo constitucional interposto preenche os pressupostos de admissibilidade;*
- b) Nada há a promover sobre a medida provisória;*
- c) Deve ser declarada inutilidade superveniente da lide e, caso assim não se entenda,*

d) *Deve ser negado provimento ao presente recurso de amparo, por carecer de fundamento de facto e de direito.*

Vossas Excelências, porém, decidem, em vosso alto e legal critério, conforme de direito”.

4. Em 25 de julho de 2024, o projeto de acórdão foi depositado na Secretaria e o respetivo julgamento foi marcado para o dia 30 do mesmo mês e ano.

5. No dia 30 de julho de 2024, às 14h30 min, realizou-se a audiência de julgamento, conforme o disposto no artigo 23.º da Lei do Amparo, tendo o Tribunal Constitucional proferido a decisão com a fundamentação que se segue.

II. Fundamentação

6. A única conduta que foi admitida para a apreciação no mérito traduz-se no facto de o Supremo Tribunal de Justiça, através do Acórdão n.º 141/2021, de 21 de dezembro de 2021, ter confirmado a extradição do recorrente, malgrado o Estado Requerente não ter alegadamente apresentado garantias suficientes de que teria reconhecido um direito ao recurso ou a um novo julgamento, não violou o direito de recurso nem o direito à defesa em processo penal.

6.1. Antes de se avançar no escrutínio da única conduta admitida a trâmite, importa dizer que não procede a alegada inutilidade superveniente da lide, que, segundo o parecer do Ministério Público, se deve ao facto de o extraditando ter sido removido *para o Estado requerente, em 03 de março de 2022, conforme os documentos de fls. 36 a 38 dos autos*. Isto é, antes de o Tribunal Constitucional apreciar o presente recurso de amparo. Refira-se que a remoção do extraditando foi promovida pelo poder público sem esperar que todos os recursos a que tinha direito internamente pudessem ser utilizados.

O Tribunal Constitucional já se tinha confrontado com a problemática da inutilidade superveniente da lide, tendo, através do Acórdão n.º 7/2017, 25 de maio, publicado na I Série do BO n.º 42, de 21 de julho, emitido orientações sobre a aplicabilidade desse instituto aos processos constitucionais.

Para o caso em apreço, mostra-se pertinente destacar o entendimento que o Tribunal Constitucional tem sobre situações em que se pode aplicar o conceito de inutilidade

superveniente da lide a um processo constitucional, como, de resto, é o recurso de amparo: *“Para que o Tribunal, em sede de processo constitucional, viesse a considerar a inutilidade superveniente de um processo em situação terminal ter-se-ia que estar praticamente perante cenário de ausência de qualquer interesse institucional ou social na prolação da decisão, por exemplo porque o Tribunal já apresentou de forma consistente a sua posição sobre a mesma matéria ou porque ela não tem qualquer impacto social, sendo questão meramente académica ou, de per se, marcada por notória vetustez.”*

Note-se que esta orientação tinha sido aplicada no Acórdão n.º 25/2018, de 29 de novembro, publicado na I Série do BO n.º 88, Suplemento de 28 de dezembro, bem como no Acórdão n.º 45/2020, de 02 de novembro de 2020, publicado na I Série, do BO n.º 3, de 12 de janeiro de 2020.

6.2. Tendo em conta o entendimento sobre a inutilidade superveniente atrás referido, as razões que depõem a favor do prosseguimento deste processo são:

Primeira, o Tribunal Constitucional nunca tinha sido solicitado a tomar posição sobre a suficiência ou insuficiência de garantias de que o extraditando que tenha sido julgado na sua ausência possa recorrer perante a jurisdição do Estado requerente da decisão com base na qual se autorizou a sua extradição;

Segunda, a realização deste julgamento constitui uma oportunidade para se discutir aspetos importantes relacionados com a operacionalidade do modelo de processo de extradição que o legislador acolheu em Cabo Verde e que doutamente o Supremo Tribunal de Justiça designou de contenciosidade limitada ou de modelo belga, que se consubstancia na premissa de que não se estando a promover no Estado Requerido um processo-crime para apurar a culpa de uma pessoa, diga-se também, nem os pressupostos que o direito interno do Estado Requerente exige para se impugnar as suas decisões, mas meramente um juízo destinado a verificar se as condições que habilitam a prestação de cooperação judiciária internacional através da extradição estão presentes;

Terceira, o conhecimento do mérito deste recurso mostra-se ainda útil, na medida em que existe interesse público em esclarecer se, no caso concreto, a decisão judicial que autorizou a extradição não violou o direito ao recurso, nem o direito à defesa em processo penal,

contribuindo desta forma para se estabelecer as bases para o tratamento de casos similares que possam vir a ocorrer.

Reitera-se, pois, que improcede a alegação de que ocorreu a inutilidade superveniente da lide.

7. É, pois, chegado o momento de avaliar a conduta imputada ao órgão judicial recorrido para, no fim, se decidir sobre a alegada violação do direito ao recurso e o direito à defesa em processo penal de que o recorrente se arroga ser titular.

8. O direito ao recurso e o direito à defesa constituem parâmetros que têm sido objeto de desenvolvimento jurisprudencial por esta Corte Constitucional, através de vários dos seus arestos.

Com efeito, o Acórdão n.º 7/2024, de 19 de janeiro, proferido no âmbito do Recurso de Amparo Constitucional n.º 28/2023, Amadeu Fortes Oliveira *versus* STJ e publicado no Boletim Oficial, I Série, N.º 11, de 6 de fevereiro de 2024, pp.226-240, é uma das mais recentes decisões que se pronunciou sobre esta temática: Pois, depois de se ter afirmado que não era a primeira vez que o Tribunal Constitucional decidia sobre os contornos do direito ao recurso em processo penal como parâmetro constitucional no quadro de apreciação de um recurso de amparo, foram indicados os arestos que, de uma forma ou de outra, já tinham discutido essa matéria.

Com efeito, nesse aresto, assentou-se que:

“ Sobre o direito ao recurso consagrado no n.º 7 do artigo 35.º da Constituição da República, segundo o qual “os direitos de audiência e de defesa em processo criminal ou em qualquer processo sancionatório (...) bem como o direito de recurso, são invioláveis e serão assegurados a todo o arguido”, esta Corte Constitucional teve a oportunidade de se pronunciar em várias ocasiões, nomeadamente, através do *Acórdão n.º 20/2019, Edílio Ribeiro v. STJ sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por intempestividade*, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, 22 de julho de 2019, pp. 1214-1223; *Acórdão n.º 50/2019, de 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 14 de janeiro de 2020, pp. 131-136;

Acórdão n.º 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino e Rafael Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716; Acórdão n.º 15/2020, de 30 de abril, Eder Yanick Carvalho v. TRS, sobre violação das garantias a se ser julgado no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa, ao recurso e ao processo justo e equitativo, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1803-1813; Acórdão n.º 20/2019, sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por intempestividade, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 79, 22 de julho de 2019, pp. 1214-1223; Acórdão n.º 60/2020, de 4 de dezembro, José Marcos v. STJ, sobre violação do direito de acesso à justiça e o direito de recurso, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 20, 19 de fevereiro de 2021, pp. 674-678; Acórdão n.º 58/2021, de 6 de dezembro, Okechukwu Onuzuruibgo e outros v. Presidente do TRS, sobre violação do direito ao recurso, à ampla defesa e ao processo justo e equitativo, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 319-325; Acórdão n.º 59/2021, de 6 de dezembro, Adilson Staline v. Presidente do TRS, sobre violação do direito ao recurso, à ampla defesa e ao processo justo e equitativo, Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 326-331; Acórdão n.º 43/2021, de 30 de setembro, Aginaldo Ribeiro v. STJ, Rel. JC Aristides Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2594-2601.”

Com base nesses arestos extrai-se a orientação de que o direito ao recurso é uma das manifestações do direito à defesa, o qual se manifesta pela possibilidade que se atribui ao arguido de utilizar todos os meios lícitos disponíveis para se defender de qualquer acusação, enquanto que o conteúdo essencial daquele se traduz na existência de pelo menos um grau de recurso. Ou seja, a suscetibilidade de pelo menos um tribunal hierarquicamente superior pronunciar-se a respeito da decisão tomada por um tribunal inferior é suficiente para salvaguardar o direito ao recurso.

No caso em apreço não está em causa o direito ao recurso nem o direito à defesa perante o Estado Requerido, na medida em que, claramente, o ora recorrente pôde defender-se tanto no processo de extradição que correu seus termos no Tribunal da Relação de Barlavento

como no âmbito do recurso que dirigiu ao Supremo Tribunal de Justiça, e, finalmente ao Tribunal Constitucional, por via do presente amparo.

A eventual violação do direito ao recurso e o direito de defesa poderia colocar-se face à ordem jurídica do Estado Requerente, como se verá no desenvolvimento que se promove de seguida.

9. De facto, a questão relacionada com a alegada insuficiência das garantias do direito ao recurso ou a um novo julgamento, em abstrato, coloca-se perante a ordem jurídica do Reino Unido enquanto Estado Requerente.

Conforme a Lei n.º 6/VIII/2011, de 28 de agosto, que dispõe sobre os princípios gerais da cooperação judiciária internacional em matéria penal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do seu artigo 32.º: *"Para além dos casos referidos nos artigos 6.º a 8º, a extradição é excluída:*

a) ...

b) ...

c) *Quando a pessoa reclamada tiver sido julgada na sua ausência pela infracção que deu lugar ao pedido de extradição, excepto se as leis do Estado requerente lhe assegurarem a possibilidade de interposição de recurso ou a realização de novo julgamento.*

Não há dúvida que a Lei n.º 6/VIII/2011, de 28 de agosto, designada por Lei sobre a Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, erigiu a possibilidade de interposição de recurso ou a realização de novo julgamento quando a pessoa reclamada tiver sido julgada na sua ausência pela infracção que deu lugar ao pedido de extradição como mais um dos requisitos negativos da cooperação e, neste caso, como causa de exclusão da extradição.

10. Ainda que não diretamente, o Tribunal Constitucional já se tinha confrontado com a questão sobre a equiparação do estatuto do arguido ao do extraditando, quando decidiu, através do Acórdão n.º 39/2021, 30 de agosto, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade e no âmbito dos autos de Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 2/2021, em que foi recorrente Alex Nain Saab Moran e entidade recorrida o Supremo Tribunal.

Com efeito, e perante o confronto entre a defesa que pugnava, aparentemente, pela consideração de que se tratava de uma espécie de processo penal ao qual se aplicam os grandes princípios e soluções da Constituição Processual Penal e do Código de Processo Penal, e o Ministério Público, segundo o qual se deveria racionalizar uma distinção mais vinculada entre as duas formas de processo, a Corte Constitucional entendeu que o processo de extradição e o processo penal concorrem no sentido de poderem conduzir, em última instância, e naquele caso concreto, à afetação do mesmo direito: a liberdade ambulatoria reconhecida pelo artigo 30.º da Constituição da República. Porém, têm finalidades distintas e bases de legitimação próprias, como tais densificadas através de regimes constitucionais distintos.

Naquela ocasião, tinha também procedido ao estabelecimento da distinção conceptual entre o processo de extradição e o processo penal clássico, nos seguintes termos:

- a) *A extradição, enquanto espécie de cooperação judiciária internacional em matéria penal, inscreve-se num registo em que um Estado auxilia um congénere a obter a custódia sobre pessoa que persegue criminalmente para a submeter a julgamento ou a cumprimento de pena, e que se justifica por interesses de política externa do Estado de também poder aceder a outras pessoas que lhe interessa perseguir criminalmente em situações similares para a boa administração da justiça, de evitar que seja visto internacionalmente como um Estado que se associa ao cometimento de delitos, de precaver que um crime fique impune e para participar no combate a crimes transnacionais que considera graves, como nos dá conta especificamente a parte final do número 2 do artigo 11.º da Lei Fundamental, que dirige o Estado a participar no combate internacional contra o terrorismo e a criminalidade organizada transnacional, fixando-se aqui um interesse público que o poder público deve perseguir, como se pode ver através do Acórdão n.º 30/2019, de 30 de agosto (AGAM v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos de defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação), Rel. JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, Nº 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789, 6.5.1.*
- b) *De outra parte, concebe o processo penal como o encadeamento de atos a partir dos quais se sujeita uma pessoa a julgamento destinado a determinar a prática de um*

crime e as suas consequências jurídicas, justifica-se pela necessidade de o Estado responsabilizar criminalmente uma pessoa sujeita à sua jurisdição para finalidades de proteger bens jurídicos, em última instância constitucionais, e, assim, fazer a justiça, garantir a preservação da ordem social e proteger os direitos individuais de outros particulares.

Nesse mesmo aresto, o Tribunal Constitucional tinha consignado que, mesmo em relação aos direitos fundamentais que se podem estender aos extraditados, a sua dimensão ou intensidade deveria ser ponderada e adequada à finalidade ou escopo da extradição.

11. É, pois, com base nesse entendimento de que o processo de extradição não é igual ao processo penal interno que se deve avaliar a alegação de que a autorização da extradição do recorrente para o Reino Unido terá sido feita sem que houvesse garantias suficientes do reconhecimento da possibilidade de interposição de recurso junto do Estado Requerente, não sem antes apresentar a posição do recorrente e a fundamentação constante do acórdão que autorizou a extradição.

11.1. Segundo o recorrente, o acórdão recorrido não respeitou a exigência no sentido de o Estado Requerente dever prestar garantias suficientes que se lhe reconhece o direito ao recurso ou a um novo julgamento. Pois, segundo a sua alegação, “*considera o Acórdão do STJ, recorrido, que esta garantia ficou assegurada só pelo facto do Reino Unido juntar a cópia de uma folha avulsa da lei de recurso,*” o que no seu entender, “*não deixa dúvidas de que o direito ao recurso e/ou a novo julgamento é ope legis na lei cabo-verdiana, - mas, o direito ao recurso no Reino Unido é dependente de uma apreciação e decisão do Tribunal de recurso que a seu belo critério, pode autorizar ou não o recurso. Sendo certo que esta decisão de não autorização não é suscetível de recurso*”.

11.2. O Supremo Tribunal de Justiça, por seu turno, arrazoou que:

“Constata-se dos autos, porém, que o Estado requerente juntou cópia das disposições legais que permitem ao ora recorrente apresentar recurso e/ou realização de novo julgamento, mesmo que condenado à revelia (fls. 152 e 172), oferecendo assim, garantia no que a este item diz respeito. O n.º 2 do art. 32.º da Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal não permite a extradição quando a possibilidade de interposição de recurso ou a realização de novo julgamento não existe). “O que decididamente não ocorre no caso

dos autos. O próprio Recorrente deu a conhecer no processo que fez a diligência junto dos Tribunais do Reino Unido, e até ao presente não está demonstrado que lhe foi recusado. As garantias oferecidas pelo Estado requerente em sede do princípio da especialidade mostram-se válidas e suficiente”.

11.3. Na verdade, compulsados os elementos de prova que integram o processo de extradição do senhor Matthew Peter Balme, mais precisamente a fls. 152, encontra-se um documento traduzido de inglês para português e cuja autoria se atribui a S.L. PENDERED, Advogado de acusação (Specialist Fraud Division- Divisão Especializada Antifraude, em Liverpool-Crow Prosecution Service - Ministério Público Inglês), onde se pode ler que:

“(…) por fim, incluímos o texto da secção 1 da Lei sobre os Recursos Penais de 1968 (Criminal Appeals Act 1968). Este texto deixa claro que o Sr. Balme tem direito a interpor recurso da sua condenação. Esta lei aplica-se a todos os arguidos que tenham sido condenados, quer a condenação ocorra ou não à revelia.

O primeiro passo a tomar por parte do Sr. Balme consistiria em contactar o Court of Appeal (Tribunal de Recurso) para interpor recurso da condenação. O Court of Appeal é que decide se deve autorizar o recurso. Podemos confirmar que a legislação mencionada nesta carta continua em vigor”.

Acrescenta-se que, a fls. 172 do processo de extradição, encontra-se a Lei de Recursos Penais de 1968 (Appeal Act 1968) c. 19) a qual determina que: *“(…) uma pessoa condenada por um crime em processo solene pode recorrer da condenação para o Tribunal.*

(2). Um recurso ao abrigo desta secção só é válido se-

(a) for interposto com autorização do Tribunal de Recurso; ou

b) se [, dentro de 28 dias da data da condenação,] o juiz do tribunal de primeira instância emitir um certificado a autorizar o recurso.

(3) se uma pessoa for condenada no Tribunal Penal Superior (Crown Court) de um crime previsto num anexo (scheduled offence), não terá a possibilidade de interpor recurso para o Tribunal de Recurso (Court of Appeal) contra a condenação, com base no motivo de que

a decisão do tribunal que [o enviou para o Tribunal Penal Superior] para julgamento para o respetivo valor estava errado”.

12. Não tendo sido questionada a regularidade nem a validade formal desses documentos, não há dúvida que a legislação interna do Reino Unido permite que o extraditando possa interpor recurso de uma decisão que o tenha condenado à revelia e com base na qual se pediu e se autorizou a sua extradição.

A questão central deste recurso, no entanto, é a de saber se a garantia fornecida pelo Estado Requerente pode ser considerada suficiente ou não.

E isso leva-nos a questionar se se trata de uma garantia que se basta com a previsão normativa do direito ao recurso ou numa perspetiva mais concreta, como parece ser a posição do recorrente, segundo a qual se deveria exigir a garantia de que um eventual recurso contra a decisão que o condenou seria admitida no Reino Unido?

A solução que se preconiza para essa questão deve ser encontrada no quadro da orientação que o Tribunal Constitucional já emitiu sobre como avaliar os requisitos de extradição, nomeadamente, no âmbito do Acórdão n.º 39/2021, e que se propõe que seja aplicada com as devidas adaptações ao caso em apreço.

Nesse aresto, assentou-se que o modelo de processo de extradição que o legislador acolheu em Cabo Verde e que doutamente o Supremo Tribunal de Justiça designou de contenciosidade limitada ou de modelo belga, consubstancia-se na premissa de que não se estando a promover no Estado Requerido um processo-crime para apurar a culpa de uma pessoa, diga-se também, nem os pressupostos que o direito interno do Estado requerente exige para se impugnar as suas decisões, mas meramente um juízo destinado a verificar se as condições que habilitam a prestação de cooperação judiciária internacional através da extradição estão presentes.

Naquela ocasião, registou-se também que “as opções do legislador por tal modelo podem ser facilmente inventariadas do ponto de vista estrutural a partir do momento que se considere que é comum a sua adoção nos países de tradição jurídica romano-germânica, como o nosso. Mas, também decorrentes de motivos mais sistémicos de se evitar estar a pronunciar-se [sobre as condições de interposição de recurso desenhado para as decisões internas do Estado] e de acordo com as características específicas do seu ordenamento jurídico com o

qual não se está familiarizado. E também de, por razões pragmáticas, se favorecer um processo de extradição célere que permita que o Estado preste cooperação judiciária internacional em matéria penal de modo eficaz”.

Acrescenta-se que o direito ao recurso tem âmbito de proteção de caráter normativo, o que, de um lado, impõe ao legislador interno do Estado Requerente o dever de conferir densidade normativa adequada a essa garantia e, de outro, permite-lhe alguma liberdade de conformação, nomeadamente no que se refere aos pressupostos para se impugnar certas decisões, que nem sempre coincide com a regulamentação da matéria no Estado Requerido.

13. Não nos parece razoável exigir-se como condição de extradição que o Estado Requerente assegure que em qualquer situação o recurso que o extraditando possa interpor seja obrigatoriamente admitido.

Condicionar a extradição à garantia da admissão do recurso independentemente da verificação dos pressupostos recursais previstos na legislação do Estado Requerente, seria exigir deste mais garantias do que aquelas que o ordenamento jurídico cabo-verdiano pode oferecer.

A possibilidade de o extraditando ou extraditado recorrer da decisão que o condenou é suficiente para se considerar, para efeito de extradição, assegurada essa garantia.

Por conseguinte, não cabe ao Tribunal do Estado Requerido apurar se num processo em concreto em que o extraditando tenha sido julgado à revelia o seu eventual recurso deve ser sempre recebido como condição para que possa ser autorizada a sua extradição.

Ao contrário das alegações do recorrente, a existência de previsão do recurso, ainda que num caso concreto não possa ser admitido por falta de preenchimento dos seus pressupostos, não impede que ele seja extraditado. Até porque, é decisivo, que, se no quadro da decisão sobre a admissibilidade do recurso se considerar que qualquer dos seus direitos previstos pela convenção regional de proteção ou do *United Kingdom Human Rights Act* foram vulnerados sempre poderia levar a questão ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos através de uma queixa individual contra o Estado Britânico.

14. Finalmente, tendo verificado que o Estado Requerente se dignou oferecer aos autos o texto da sua legislação interna que reconhece ao extraditando a possibilidade de interpor

recurso da decisão que deu lugar ao pedido de extradição, considera-se que foi, em medida suficiente, assegurado o direito ao recurso e consequentemente, não se pode estimar o requerimento em que o recorrente pede que seja revogado o acórdão recorrido.

III. Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem que a conduta imputada ao Supremo Tribunal de Justiça, de, através do Acórdão nº 141/2021, de 21 de dezembro, ter confirmado a extradição do recorrente, malgrado o Estado Requerente não ter alegadamente apresentado garantias suficientes de que teria reconhecido um direito ao recurso ou a um novo julgamento, não violou o direito de recurso nem o direito à defesa em processo penal.

Registe, notifique e publique.

Praia, 15 de novembro de 2024

Os Juízes Conselheiros,

João Pinto Semedo (Relator)

Evandro Tancredo Rocha

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 15 de novembro de 2024.

O Secretário,

João Borges